

CAPÍTULO 16

MULHERES NA POLÍTICA EM EUNÁPOLIS (2010-2020)

Sirlane Oliveira Silva

Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres na política de Eunápolis, do período de (2010-2020), apresentando uma descrição e a análise da participação feminina nas disputas políticas institucionais, indicando estatisticamente o número de mulheres que foram eleitas vereadoras e prefeitas, neste período, evidenciando o perfil e o campo político que as mesmas representavam. O artigo apresentará um breve histórico da luta das mulheres para ocupar os espaços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Política. Luta. Vereadoras

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo avaliar a participação das mulheres na política de Eunápolis, entre 2010-2020, considerando a histórica luta das mulheres desde o movimento sufragista a conquista do voto feminino no Brasil. Ele tem como objetivo geral identificar brevemente como foi a luta das mulheres no Brasil para conseguir o direito de votar e ser votada, e o objetivo específico é descrever sobre a trajetória de participação da mulher na política eunapolitana. O artigo está dividido em 4 partes.

A primeira parte é teórica e abordará uma Breve Historiografia da Conquista do voto feminino, apresentando também como foi a entrada das mulheres no mundo político. Na segunda parte é sobre a relação das mulheres eunapolitanas e a vida pública, tratando da Emancipação política de Eunápolis, qual foi a primeira Vereadora Eleita no município as minibiografias das mulheres vereadoras analisadas, na terceira parte

trataremos das lutas das mulheres na conquista dos espaços de poder, e por fim a quarta parte com as Considerações Finais.

A Metodologia utilizada para este trabalho será constituída por pesquisa bibliográfica especializada, artigos, sites de tribunais brasileiros e documentos dos arquivos da Câmara Municipal de Eunápolis, através desses documentos pude analisar quantas mulheres foram eleitas de (2010-2020). Com base nesse material teórico selecionado, resultou num quadro comparativo-cronológico da participação feminina na política, os sistemas de cotas e o voto feminino no Brasil e em Eunápolis.

Segundo Avelar (1985) as mulheres não tinham participação na política, porque tinham seus principais direitos negados, como poder candidatar e votar numa sociedade. A luta das mulheres no cenário político é de uma trajetória marcada por grande resistência, devido á diferença entre gêneros, sendo que por muito tempo na política o cenário era exclusivo aos homens.

A primeira constituição Brasileira de 1824, não reconhecia o direito das mulheres de participar da política no País, e o voto feminino só foi instaurado por mais de cem anos depois, com o Código Eleitoral de 1932 durante o governo de Getúlio Vargas. Somente na Constituição Federal de 1934 que elas tiveram o direito do voto feminino ser aprovado, mas esse direito só foi dado para as mulheres que tinha alguma remuneração. Essa exigência só teve mudança com a Criação Código Eleitoral 1965, que vale atualmente, foi quando a igualdade política no País foi finalmente estabelecida. (JORNAL USP, 2006)

De fato, as lutas que marcaram a década de 1930 foram fundamentais para a entrada das mulheres no espaço público e nas disputas institucionais. De acordo o estudo feito pelo professor José Eustáquio Diniz evidenciou que, nas últimas eleições municipais, 24 cidades não lançaram nenhuma mulher para o legislativo. A grande maioria dos municípios lançou entre 10% e 29% de candidaturas femininas. E segundo Diniz, os dados sobre os percentuais de candidaturas são importantes, pois quanto maior o número de candidaturas, maiores as chances de elegê-las (RÁDIO Câmara, 2006).

Considerando que a política de cotas vem favorecendo o crescimento de mulheres nas disputas eleitorais, nos propomos a compreender como essas políticas e conquistas impactaram no cenário político de Eunápolis entre 2010-2020.

BREVE HISTORIOGRAFIA SOBRE A CONQUISTA DOS VOTOS FEMININOS

O marco que deu início as discussões parlamentares o direito do voto feminino são os debates que antecedeu a Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, essa constituição não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não explicitava quanto a possibilidade desse exercício (CAMÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Essa citação mostra que a primeira Constituição de 1824, autorizada pelo Rei D. Pedro I conseguiu trazer para o debate no parlamento o direito do voto feminino, iniciando a discussão sobre a participação das mulheres na política. Em 1831, ainda no Império, durante o período de Regência (após a abdicação de D. Pedro I), o assunto voltou a ser discutido na Assembleia Geral Legislativa. Nesse ano os Deputados José Bonifácio de Andrada e Silva e Manuel Alves Branco apresentaram um projeto de reformulação do sistema eleitoral que previa o voto feminino em eleições locais (CAMÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Foi através dessa Constituição que as mulheres puderam trazer pela primeira vez no parlamento a discussão sobre o voto feminino e assim o direito das mulheres participar da política, onde quem só tinha direito era os homens.

“O primeiro movimento sufragista que alcançou vitória em 25 de outubro de 1927, foi o do Estado do Rio Grande do Norte, que reconheceu o alistamento feminino. O Governador do Estado na época era José Augusto Bezerra Medeiro que sancionou a Lei nº 660, que determinou que pudessem votar e ser votadas, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunisse as condições exigidas” (CAMÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

A professora Celina Guimarães Viana, foi a primeira eleitora a se registrar no Brasil e na América do Sul. Em 25 de Novembro de 1927, aos 29 anos de idade, ela fez um requerimento para obter registro como eleitora da Cidade de Mossoró (RN). Diversas mulheres se registraram no Rio Grande do Norte e votaram nas eleições municipais do dia 05 de abril de 1928, mas os votos foram anulados porque o senado não reconheceu o direito do voto das mulheres. Mesmo assim o movimento sufragista do Rio Grande do Norte ganhou repercussão internacional e entrou para a história. Foi somente em

24 de fevereiro de 1932 que as mulheres brasileiras conseguiram conquistar o direito de votar, por meio do decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas que instituiu o Código Eleitoral. O artigo 2º do Código Eleitoral continha a seguinte redação: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.” Essa Concretização só ocorreu por causa da Aprovação do Código Eleitoral de 1932, onde em 1933 houve uma eleição para Assembleia Nacional Constituinte, em que as mulheres puderam votar e ser votada pela primeira vez (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

A conquista do voto feminino teve participação decisiva da zoóloga Bertha Lutz (1894-1976). Ela fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922 após retornar dos Estados Unidos, Bertha organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Nesta especial ocasião, nascia, de fato, o PBPF. Os registros do Congresso contaram com inscrições de representantes de São Paulo e Ceará. A ideia de federações femininas se espalhou por vários lugares do Brasil: Minas Gerais, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, entre outros que abraçaram os moldes propostos por Bertha. Segundo Céli Pinto (2003), não há dados do alcance desses núcleos que se espalharam pelo país, porém, mesmo que suas atividades tenham sido muito pequenas, é de se surpreender que, na época, quando a comunicação e deslocamento eram tão difíceis, houvesse uma proliferação tão frutífera como esta.

É importante frisar que o movimento feminista era então liderado por mulheres da elite branca do Brasil, sendo filhas de políticos importantes, de condes e homens intelectuais cujos nomes eram amplamente reconhecidos na sociedade. As reivindicações eram igualdade entre os sexos e a independência da mulher. Em 1932, Bertha foi uma das duas mulheres nomeadas para integrar a comissão para elaborar o anteprojeto da Nova Constituição. A outra foi a Advogada Natércia da Cunha Silveira (1905-1993). Em 1936, Bertha que era suplente assumiu o mandato na Câmara do Deputados. Bertha foi importante, mas não foi a única mulher, tivemos como pioneira também na luta do voto feminino uma mulher negra chamada Almerinda Farias Gama (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2020).



Bertha Lutz na cidade de Natal, em 1928, em campanha pelo voto feminino.¹

O nome de Almerinda Farias Gama é pouco citado no cenário político. Ela foi uma advogada e sindicalista, foi uma pioneira na atuação das mulheres negras na política brasileira. Tão importante quanto Bertha Lutz, Almerinda Farias Gama participou do processo de formação da Assembleia Constituinte em 1934.

De acordo com Patrícia Tenório (2020), Almerinda Gama nasceu em Maceió (AL) no dia 16 de maio de 1889, ela teve um importante papel na história da militância feminista no Brasil, dentro e fora dos sindicatos. Depois do falecimento do pai ela se mudou para o Pará ainda criança e foi criada por suas tias. Trabalhou como datilógrafa, escreveu crônicas para o jornal *A Província* e chegou a casar-se e ter um filho; porém, perdeu o filho ainda na infância, e acabou também ficando viúva em 1926, quando o marido foi vitimado pela tuberculose. A mudança para o Rio de Janeiro, em 1929, teve motivação em uma injustiça trabalhista: quando soube que seu colega homem recebia 300 réis para o mesmo trabalho que ela fazia por 200 réis, revoltou-se e decidiu ir para um lugar onde tivesse chance de receber um salário melhor.

De acordo com a bibliografia, por ser advogada, Almerinda Gama se envolveu na luta política e feminista no Rio de Janeiro. Ela presidiu o Sindicato dos datilográficos e taquígrafos, e tornou-se apoiadora de Bertha

¹ Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/704329-voto-feminino-foi-conquistado-depois-de-uma-luta-de-100-ano-> acesso em 05/05/2023.

Lutz, que era a Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e figura engajada na conquista do Direito do voto para as mulheres. Como representante exclusiva, acabou sendo indicada, em 1933, como delegada na votação que escolheu os integrantes da Assembleia Nacional que elaboraria uma nova Constituição para o Brasil.

Em 1934, ela concorreu para o cargo de Deputada Federal na Cidade do Rio de Janeiro, nos seus panfletos estava escrito “sou uma advogada consciente dos direitos das classes dos trabalhadores, jornalista combativa e feminista de ação”. Apesar de não ter sido eleita, ela continuou na política durante algum tempo, tendo sido dirigente do Partido Socialista Proletário do Brasil, surgido durante os trabalhos da Assembleia Constituinte e que durou até a instauração do chamado Estado Novo, em 1937 (TENÓRIO, 2020).

Consideramos Almerinda Gama uma desbravadora do caminho da política para as mulheres brasileiras, em especial no que se refere a mulheres negras disputando cargos eletivos. Aos poucos, sua memória vai ganhando evidência: em 2016, a prefeitura de São Paulo instituiu o Prêmio Almerinda Farias Gama, voltado a iniciativas em comunicação social ligadas à defesa da população negra.



Almerinda Gama: As mulheres votaram pela primeira vez em eleição nacional em 1933.²

² Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/704329-voto-feminino-foi-conquistado-depois-de-uma-luta-de-100-ano-> acesso em 05/05/2023.

O voto secreto garantiu o livre exercício desse direito pelas mulheres, elas não precisariam prestar contas sobre seu voto aos maridos e pais. Mais esse direito de votar era somente para as mulheres que recebia alguma remuneração. Isso só mudaria em 1965 com a edição do Código Eleitoral que vale até os dias atuais.

O direito do voto foi finalmente aplicado todas as mulheres na Constituição de 1946 que, em seu artigo 131, que considerava como eleitores “os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei”. Em 1985, outra bandeira foi superada em relação aos direitos políticos das mulheres, o voto dos analfabetos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) na década de 1980, 27,11% das mulheres adultas eram analfabetas.



Integrantes do movimento sufragista do Rio Grande do Norte.³

Entrada Das Mulheres No Mundo Político

Apesar das mulheres desde 1930 votarem, disputarem as eleições, isso não significou que houve incentivos ou a garantia por parte do Estado ou das instâncias partidárias, resultando no imediato crescimento das mulheres dentro da Câmara Federal ou das Assembleias Legislativas ou das Câmaras Municipais, a conquista do voto feminino não resultou a médio e longo prazo um aumento na representatividade feminina nos espaços institucionais. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022), aproximadamente

³ FONTE:CAMÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020-Acessado em 05/05/2023.

82.373.164 milhões de brasileiras (52,65%) do eleitorado estavam aptas a votar no segundo turno no dia 30 de outubro de 2022. Trata-se de um recorde, desde que as mulheres se tornaram maioria em 2002, quando representaram 50/9% do contingente eleitoral.

Mesmo depois de 92 anos de lutas para que as mulheres pudessem ter direito ao voto e serem votadas, a participação feminina nos espaços públicos de poder em 2020, apenas 15% das pessoas eleitas eram mulheres.

Desde o início da República em 1889, o país teve uma única Presidente, Dilma Rousseff e apenas 16 governadoras mulheres. A conquista do direito ao voto pelas mulheres brasileiras, no sentido de acontecimento, dado de realidade, é um fato irrefutável. No entanto,

o olhar atento da pesquisadora sinaliza que os registros desse fato são narrativas dispersas e excludentes que invisibilizam o processo das lutas sufragistas e, de certo modo, os sujeitos que protagonizaram aquelas lutas. Essa atitude, entretanto, não é mero silêncio, em verdade é um

“silenciamento”. Atitude política, que determinadamente produz o apagamento a quem não se reconhece e legitima sujeito, com autonomia para constituir a sua história (RUBIM, ARGOLO, p. 9).

Oitenta e quatro anos se passaram desde a conquista do direito ao voto pela mulher no Brasil até a deposição da presidenta Dilma Rousseff. Optamos por fazer essa evocação de tempo, quase um século, para enfatizar o quão conturbada é a construção da história deste gênero, representada por avanços e retrocessos, solapada particularmente no que se refere às lutas pela constituição da cidadania.

Consonante com tal realidade, somos de opinião que a eleição da mulher Dilma Rousseff, com 55.752.483 votos dos brasileiros em 2010, representou uma mudança significativa para a história das mulheres e, particularmente para o perfil presidencial do país, até então, exclusivamente, dominado por homens. Tal novidade acabou mobilizando redes de tensões e expectativas, especialmente porque as instituições pretensamente democráticas são majoritariamente masculinas, pensadas e vividas numa cultura de e para homens (RUBIM, 1984).

A campanha eleitoral de 2010, a primeira de Dilma Rousseff como candidata, foi marcada por estratégias vulgares e desrespeitosas, que incluíam questionamentos à sexualidade dela, e representações estereotipadas da mídia, em que Rousseff figurava como o poste de Lula. (ARGOLO, 2014)

Já eleita na cerimônia de sua posse, em 1º de janeiro de 2011, foi deflagrada a primeira inflexão sobre questões de gênero. A rejeição ao

modelo de mulher representada pela presidenta torna-se clara quando, logo após a primeira votação pela abertura do processo, de impeachment na Câmara dos Deputados, a revista *Veja* ofertou ao leitor a antítese de Rousseff. O que poderia ser considerado um exemplo de mulher, devidamente enquadrada em seu devido lugar de feminilidade, representada pela figura de Marcela Temer, no amplamente criticado artigo “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. (LINHARES, 2016) A edição da referida revista não poupa seus adjetivos ao perfil do que considera ser uma “mulher perfeita”: silenciosa, bonita, vaidosa e dona de casa.

Em contraposição, em edição posterior a revista descreve a presidenta Dilma Rousseff como uma mulher solitária, de personalidade irascível, politicamente inábil, abandonada pelos aliados e temida pelos funcionários. Uma mulher que não desperta sentimentos afetivos, e que, na leitura induzida pela revista, pagou caro pela ambição e teimosia de fugir do lugar social que lhe era devido. (OYAMA, 2016).

Dessas, só oito foram eleitas para o cargo, as demais eram vice-governadoras que ocuparam o posto com a saída do titular. As oito eleitas governaram os seus Estados: Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará, Rio de Janeiro, Roraima e Rio Grande do Sul, sendo três delas no Rio Grande do Norte. O Estado Nordeste, aliás é pioneiro em participação feminina na política. Foi o primeiro, em 1927, a autorizar as mulheres em votarem e serem votadas.

Também foi, em 1928, o primeiro do país a eleger uma prefeita Alzira Soriano, na Cidade de Lajes. A luta das mulheres no cenário político é de uma trajetória marcada por grande resistência, devido a diferença entre os gêneros sendo que por muito tempo a política era cenário restrito aos homens.

“Pensar as relações de gênero demanda analisar as estruturas sociais, a estratificação, “o lugar das coisas” e, conseqüentemente, o poder. Esses elementos estão presentes, por exemplo, em duas grandes obras: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir ([1949]2009), e “A dominação masculina”, de Pierre Bourdieu ([1990]2010)”. Para compreendermos as relações de poder existentes em uma dada sociedade, é importante entendermos sua estruturação e estratificação. É importante não olvidar que, como atestou Bourdieu (1994), as estruturas são estruturantes e, portanto, (re)produtora de estratificações sociais, de gênero e raça. Em se tratando de estratificação social, Octavio Ianni afirma que para uma melhor compreensão é necessário analisar as estruturas econômicas e políticas da sociedade em estudo, uma vez que para ele:

A maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente. E a maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente está diretamente ligada ao modo pelo qual eles organizam a produção econômica e o poder político (IANNI, 1973, p.11).

Observar e examinar as estruturas de apropriação (econômica) e de dominação (política) nos leva a compreender o processo de estratificação social (IANNI, 1973) e, com isso, compreender qual “mundo se configura” e qual o papel ou o lugar dos indivíduos nessa sociedade, assim como enxergar as relações de gênero, as quais geralmente estão naturalizadas e imperceptíveis. Assim, “(...) as diversas configurações histórico-estruturais (...) correspondem a distintas modalidades de organização das condições de reprodução social (...)” (IANNI, 1973, p.13). Analisar a divisão social do trabalho em nossa sociedade capitalista e patriarcal, nos possibilita compreender, no caso aqui de interesse, o “lugar das mulheres” no “mundo dos homens”, o que é observado por meio da distribuição do produto (econômico) e do poder (político), bem como das estruturas que reproduzem as “ordens das coisas”.

É importante considerar que a distribuição de poder político está quase sempre vinculada à distribuição do produto econômico e que esta distribuição configura relações de poder desiguais, as quais estão presentes nas práticas sociais.

O Brasil vem passando por uma grande transformação na política, com as mulheres conquistando seu espaço e buscando a igualdade de direitos entre os gêneros. Um símbolo dessa luta foi Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente do Brasil, um marco da democracia e da luta das mulheres por igualdade social.

Bourdieu (2002) diz que as próprias mulheres aplicam a toda realidade, e particularmente as relações de poder em que vem envolvidas esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessa relação de poder e que expressão nas oposições fundantes da ordem simbólica.

Em Bourdieu esse conjunto de fatores resulta no que ele chama de violência simbólica. As mulheres, assim como, todos os que se encontram na situação de subordinação fazem o trabalho de dissimulação e de transfiguração que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas se encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de

produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 2009, p. 15).

Debruçamo-nos sob essas construções porque elas não dizem respeito a sexualidade, mas as formas como mulheres e homens vem sendo “inventados” socialmente, para fazer força junto a toda uma estrutura social. Por isso, não basta o simples esforço da vontade ou uma mudança constitucional – como foi a lei Federal de n.º 9.504 de 1997, estabelece uma cota mínima de trinta por cento (30%) para as mulheres em cargos eletivos e uma cota máxima de setenta por cento (70%) para qualquer dos sexos – alicerçada em consciências libertadoras, porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições, aptidões, inclinações e vocações. Para exemplificar, a ideia de vocação nos é muito interessante, pois segundo Bourdieu (2002), ela tem por efeito produzir encontros entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação cumpram com “felicidade” as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes foram atribuídas, devido as suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação. (BOURDIEU, 2002, p 22).

Mas mesmo com a lei de cotas, estamos bem longe de mulheres se candidatar ou serem eleitas. Os números mostram que no Brasil a população é composta por 48,24% de homens e 51,8% de mulheres, ou seja, maior população é formada por mulheres e representação política feminina mostram história totalmente diferente desta realidade. É inegável que a lei de Cotas trouxe benefícios para que as mulheres conseguissem ao menos ter sua candidatura lançada, pois obriga os partidos políticos a lhe reservarem espaço. Desta forma, mesmo diante dessa dificuldade, a lei de cota auxilia, mas não fornece ampla participação das mulheres na política, sendo necessária uma ação mais afirmativa para construção de uma sociedade política igualitária. Ainda há um longo caminho a percorrer, apesar de ser maioria do eleitorado, nas eleições recentes as mulheres representaram apenas 33,6% das candidaturas, quase metade do número de candidatos homens que são 66,4%.

AS MULHERES EUNAPOLITANAS E A VIDA PÚBLICA

Mesmo com as cotas, a pesquisa apontou que ainda é insuficiente para os partidos garantirem espaço para as mulheres se candidatarem, o que resulta na pouca participação das mulheres na Política em Eunápolis.

De acordo o Jornalista Jackson Domiciano do Agazeta Bahia (2012) “o eleitor(a) eunapolitano(a) mostrou que não tem interesse em manter

mulheres como suas representantes na Câmara de Vereadores. Dos 17 vereadores eleitos no dia 07 de outubro de 2012, nenhuma mulher conseguiu se eleger”. Considerando, que havia duas vereadoras eleitas, Carmem Lúcia e Ruth Contadora a população optou em eleger apenas homens. A questão central é: por quê?

O apolitismo feminino em Eunápolis é antigo, as mulheres sempre foram minoria na casa. Enquanto na cidade de Porto Seguro que elegeu Livia Bittencourt (PMDB), Guaratinga elegeu Simone (PMN), Itabela elegeu Jairinha (PMDB), Itagimirim elegeu Preta (PSD), Itapebi elegeu Doutora Débora e Santa Cruz Cabrália elegeu Soraia da Saúde (PRP), estes municípios contam com a participação das mulheres e seus legislativos, em Eunápolis com um número expressivo de mais de 70 mil eleitores, a categoria feminina não conseguiu uma representante sequer no legislativo.

É preocupante o banimento da representação na Câmara de Eunápolis. O que chama atenção é o fato de as mulheres corresponderem com um expressivo percentual do eleitorado local. A candidata a Vereadora Renata Menezes do (PSB) nas eleições de 2012 não conseguiu se eleger para vereadora na Câmara Municipal de Eunápolis. Quando nós tivermos a minoria de mulheres vereadora na Câmara Municipal de Eunápolis vamos ter poucos projetos para as mulheres, como discussão da crescente percentual do feminicídio, uma delegacia de mulheres bem equipada e preparada para amparar as mulheres vítimas de violência doméstica.

Já nas eleições de 2020, duas candidatas a vereadora foram eleitas na Câmara Municipal de Eunápolis, Carmem Lúcia que teve 1360 votos, a mais voltada entre as vereadoras e Arilma Rodrigo do DEM, que recebeu 984 votos. Muitas mulheres disputaram as eleições de 2020 e foram bem votadas, e fizeram história na política local. Destemidas, determinadas e emponderadas, as candidatas mostraram coragem e tiveram importante participação no processo democrático.

Emancipação De Eunápolis

O Município de Eunápolis foi criado pela Lei Estadual 4770/1988, no dia 12 de maio de 1988 pelo ex-governador do Estado Waldir Pires. Antes de sua emancipação Eunápolis, distante 671 quilômetros da Capital baiana (Salvador), era um povoado promissor pertencente aos municípios de Porto Seguro (20%) e de Santa Cruz Cabrália (80%). O início da povoação se deu na década de 1950, por ocasião da chegada dos primeiros trabalhadores que chegaram á região para a construção de estradas. O nome do Município

situado entre as BR 101 e 367, na Região Extremo Sul do Estado, é uma homenagem ao engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz, responsável pela desapropriação de Terras ao redor do núcleo de residência que se formava durante a abertura de estradas e que hoje forma parte do Centro Urbano do Município. Antes da nomeação atual o lugar já foi conhecido como Quilômetro 64, Ipiapira e Nova Floresta.



Foto Arquivo/RADAR64

Em 1988, o Governador Waldir Pires sancionava a Lei nº 4.770, que emancipava o agora Município de Eunápolis. De acordo com a pesquisa do Jornalista Lourival Jacome, pelo seu crescimento econômico e com a base forte do processo madeireiro extrativista, o povoado prosperou mais que os municípios a que pertencia, a ponto de sediar a administração de ambas as cidades. Suas potencialidades fizeram surgir o rótulo de “maior povoado do mundo”, em referência ao crescimento de setores como o comércio, serviços, indústria madeireira e outros, o que provocou um rápido crescimento da população. (IBGE, 2023). Esse processo histórico foi desencadeado pelos que lutavam pela emancipação, foram feitos por centenas de pioneiros vindos de cidades do Espírito Santos, Norte de Minas Gerais, do Sertão da Bahia e de outras regiões do país.

Primeira Vereadora Eleita Em Eunápolis



Espedita Queiroz ao lado do filho Lamarck Meira –
Foto: reprodução Facebook

A primeira Vereadora Eleita foi Dona Espedita Medeiros de Queiroz, ela era do partido MDB na época e teve 1224 votos. Ela foi eleita por dois mandatos consecutivos no município de Santa Cruz Cabrália entre os anos de 1973 a 1976 e 1977 a 1982. Neste Período, Eunápolis era povoado daquele município. “Foi a primeira mulher a presidir uma Câmara Municipal no Extremo Sul da Bahia, afirmou o policial Civil Lamarck Meira, um dos filhos de Espedita.

A ex-vereadora foi casada com o também ex-vereador Liderico Meira, já falecido e deixa dois filhos”. Depois dela tiveram mais vereadoras como: Iraci Pereira Reis, Professora Eluiza, Leslie Batista, Carmem Lúcia e Arilma. Sempre tivemos uma Câmara Machista sem maioria feminina, isso reflete na nossa sociedade. Depois da Emancipação de Eunápolis foram eleitas no mesmo pleito as vereadoras Alaide Barbosa de Brito e Leslie Batista Gobiras Lacerda Braga no período de 1993-1996.

Minibiografia das Mulheres Analisadas

ALAIDE BARBOSA DE BRITO



Nasceu em Gabiarra (Município de Santa Cruz Cabralia), Bahia, no dia 25 de novembro de 1955. Filha de Abílio Barbosa de Brito e Ana Maria de Brito. Tem três filhos e é comerciante. Ela foi do partido Político PP com 445 e ficou como Suplente de Vereadora nas eleições de 2004 e 2008. Ela não entrou na política para dar voz as mulheres na Câmara Municipal de Eunápolis, mas, sim incentivar as mulheres a entrar no mercado de trabalho, sem a intenção fazer as reformas estruturais no sistema atual.

ARILMA RODRIGUES DE SOUZA ALVES



Nasceu em 02/04/1980, em Itamaraju -Bahia, pais não declarados, casada com o Ex-Vereador Jota Batista, filhos também não declarados. Ela se candidatou influenciada pelo seu ex-esposo Jota Batista. Ela foi eleita pelo Partido DEM, atual União Brasil com 984 votos no ano de 2020.

CARMEM LÚCIA GERINO MACIEL



Nasceu em Garanhuns, Pernambuco, no Dia 26 de Junho de 1963, Filha de Lourival Bezerra Maciel e Maria do Carmo Gerino Maciel, é casada com ex-vereador Aderbal Costa Dias, ela cedeu a sua cadeira para o seu esposo no ano de 2016 que foi eleito pelo Partido DEM e teve 1.210 votos e tem dois filhos. Ela foi eleita pela média em 2004 com 713 pelo PFL. Em 2008 ela foi eleita com 1703 pelo partido do DEM e em 2020 foi eleita pelo partido DEM com 1360 votos.

ELUIZA ELENA GOMES DOS SANTOS



Nasceu em Linhares, Espírito Santo, Filha de Oscar Gomes da Silva e Haydée Souza Gomes. Estado Civil não declarado, tem três filhos, profissão professora. A professora Eloisa teve em 2004 358 pelo Partido PMDB sendo SUPLENTE e em 2008 foi eleita com 960 votos pelo PMDB.

FÉLIZ RUTH ESTÊVES CURVELO



Nasceu em Palemirinhas, Bahia, no dia 30 de agosto de 1958. Filha de Félix Estêves Santos e Margarida Curvelo Santos. Casada com Altivo Domingo Oliveira, tem dois filhos e sua profissão é Técnica em Contabilidade. Ela foi candidata do Partido Ptdo B, com 687 votos no ano de 2004 e em 2008 foi eleita com 658 votos pelo partido PT do B.

IRACI PEREIRA DOS REIS



Nasceu em Seabra, Bahia, no dia 21 de março de 1947, Filha de José Pereira dos Reis e Isabel Alves dos Reis, é solteira e profissão Professora. Ela foi eleita pelo partido dos trabalhadores nas eleições de 1996 com 974 votos. E em 2004 ela teve 533 votos ficando como suplente.

LESLIE BATISTA GOBIRAS TÁVARES LACERDA BRAGA



Nasceu em Santa Cruz Cábralia, no dia 24 de junho de 1957 e faleceu no dia 16 de março de 2020. Filha do ex-prefeito Alcides Gobiras Lacerda e Ninete Tavares Lacerda, casada com Jaime Viana Braga, é comerciante. Não declarou se tem filhos. Ela foi vereadora nos anos de 1993-1996 pelo PFL sendo eleita com 920 votos na Gestão de Feruk Abraão, nos anos de 1997-2000 pelo Partido PPB sendo eleita com 960 votos na Gestão de Paulo Dapé e 2001-2004 pelo Partido PFL nesse ano ela foi eleita com 1022 votos na Gestão de Gediel Sepúlvida. O segundo mandato não foi integralmente cumprido pela então vereadora, que teve o mandato cassado, em 10 de junho de 1998. A cassação do mandato deveu-se a problemas havidos após o pleito eleitoral que a elegeu. É que, após o pleito, a Justiça Eleitoral anulou a coligação pela qual foi eleita, excluindo o PPB, assim, teve o mandato cassado, sendo substituída pelo vereador Nardélio Fernandes Brito (PFL).

ESPEDITA MEDEIROS QUEIROZ



Nasceu em 26 de setembro 1932 na Paraíba, ela faleceu no dia 22

de Novembro de 2017, deixa dois filhos, um se chama Lamarck Meira e a outra é Telma Queiroz, foi casado também com o ex-vereador Liderico Meira. ela era do partido MDB na época e teve 1224 votos. Ela foi eleita por dois mandatos consecutivos no município de Santa Cruz Cabralia entre os anos de 1973 a 1976 e 1977 a 1982.

O FEMININO NOS ESPAÇOS DE PODER EUNAPOLITANO

A pesquisa apontou que o papel da mulher nos espaços de poder em Eunápolis ainda é pequeno. De acordo com os dados levantados a partir das fontes coletadas no arquivo da Câmara Municipal de Eunápolis, desde a emancipação até os dias atuais só foram eleitas 8 mulheres para o cargo de vereadora. Elas ainda são minoria na Câmara. Algumas candidatas a vereadoras como Espedita Medeiros Queiroz e Arilma Rodrigues de Souza Alves, entraram na política por causa dos seus esposos que também já foram vereadores. A ex-vereadora, e já falecida, Espedita Medeiros de Queiroz foi casada com o ex-vereador, também já falecido, Liderico Meira. E Arilma Rodrigues é casada com o ex-vereador Jota Batista.

Depois da Emancipação foram eleitas no período 1993-1996 as vereadoras Alaíde Barbosa de Brito, Eluiza Elena Gomes dos Santos, Iracy Pereira Reis e Leslie Batista Gobira Tavares Lacerda, nesse ano foram eleitas 4 vereadoras e 11 vereadores.

Carmem Lúcia é casada com o ex-vereador Aderbal Dias Costa, mas foi ela que cedeu seu lugar para o marido se candidatar a Vereador. Arilma Rodrigues foi influenciada a se candidatar, também, por causa do seu esposo Jota Batista que foi também Vereador nas eleições de 2014-2016. Mesmo com a lei de cotas que obrigam os partidos a destinar 30% das vagas as mulheres, ainda é grande a diferença de gênero nos espaços da Câmara Municipal de Eunápolis, porque nas eleições de 2020 dos 17 vereadores eleitos, apenas duas mulheres foram eleitas, Carmem Lúcia do PSD COM 1360 Votos, ela foi a mais votada entre as mulheres que se candidataram nesse ano, ela também foi a primeira Presidente da Câmara de Vereadores da Cidade de Eunápolis, no Período Legislativo de 2009/2010; a segunda eleita foi Arilma Rodrigues do DEM (Hoje União Brasil) com 984 votos. Essa mulheres eleitas a maioria eram dos partidos de Direita, só tivemos na história de Eunápolis 01 mulher eleita por um partido progressista, foi Iracy Pereira dos Reis pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1996.

As mulheres vereadoras que foram eleitas e seus respectivos partidos na Câmara de Eunápolis da emancipação até os dias atuais são:

- Alaíde Barbosa de Brito do Partido PP
- Arlima Rodrigues do Partido DEM
- Carmem Lúcia do Partido PSD
- Eluiza Elena Gomes dos Santos do Partido PMDB
- Espedita Medeiros Queiroz do partido MDB
- Félix Ruth Esteve Curvelo do Partido PT do B
- Iracly Pereira dos Reis do Partido PT
- Leslie Batista Gobira Tavares Lacerda do Partido PPB

Ainda é grande a desigualdade de gênero na Câmara Municipal de Eunápolis, porque depois da emancipação de Eunápolis, nesses 34 anos foram eleitas apenas 12 mulheres para Vereadoras e 71 homens para Vereador, entre 2010-2020 apenas 02. A Câmara Municipal ainda é composta pela maioria masculina do que feminina. Hoje dos 17 vereadores eleitos só duas são mulheres. A maioria das vereadoras eleitas são do partido da Direita.

Na tabela abaixo está a relação das vereadoras eleitas em Eunápolis de 2004 -2008

ANO ELEITORAL	CADEIRA NA CME	VEREADORAS ELEITAS	PARTIDOS	TOTAL NA CME
2004	1	Félix Ruth Esteve Curvelo	PT DO B	1
2004	1	Carmem Lúcia Gerino Maciel	PFL	2
2008	1	Alaíde Barbosa de Brito	PP	1
2008	1	Carmem Lúcia Gerino Maciel	PFL	2
2008	1	Eluiza Elena Gomes dos Santos	PMDB	1

As vereadoras eleitas do Período pesquisado de 2010-2020 estão na tabela abaixo.

ANO ELEITORAL	CADEIRA NA CME	VEREADORAS ELEITAS	PARTIDOS
2010	Não houve candidatas eleitas		
2014	Não houve candidatas eleitas		
2018	Não houve candidatas eleitas		
2020	01	Camem Lucia Gerino Maciel	PSD
2020	01	Arilma Rodrigues	DEM

Durante a pesquisa pude observar que não houve mulheres na câmara de vereadores de Eunápolis nos períodos de 2010, 2014 e 2018, e a Vereadora Carmem Lucia só retornou a ocupar de novo uma cadeira na Câmara Municipal de Eunápolis depois de 8 anos. Em relação ao Executivo, em Eunápolis a única mulher que conseguiu se eleger prefeita foi Cordelia Torres de Almeida, eleita em 2020 pelo DEM (Hoje União Brasil), ou seja, até na Prefeitura o cargo foi ocupado por maioria masculina.

De 8 prefeitos eleitos desde a emancipação política de Eunápolis apenas uma mulher venceu o pleito.

A relação de prefeitos eleitos da emancipação política de Eunápolis até os dias atuais esta na tabela abaixo:

Nº	Nome do prefeito	Partido	Início do Mandato	Fim do Mandato
1	Gediel Sepúlveda Pereira	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	1º de Janeiro de 1989	31 de Dezembro de 1992

2	Feruk Felipe Abrahão	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	1º de Janeiro de 1993	31 de Dezembro de 1996.
3	Paulo Ernesto Ribeiro da Silva	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	1º de Janeiro de 1997	31 de Dezembro de 2000.
4	Gediel Sepúlvida Pereira	Partido Liberal (PL).	1º de Janeiro de 2001	31 de Dezembro de 2004
5	José Robério Batista de Oliveira	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	1º de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2008
			1º de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2012
6	Demétrio Guerrieri Neto	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	1º de Janeiro de 2013	31 de Dezembro de 2016.
7	Robério Batista de Oliveira Neto	Partido Social Democrático (PSD)	1º de Janeiro de 2017	31 de Dezembro de 2020
8	Cordélia Torres de Almeida	DEMOCRATAS (DEM)/ Hoje UNIÃO BRASIL	1º de Janeiro de 2021	Atual

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Eunápolis

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi uma experiência fundamental para compreender o meu papel enquanto historiadora, a necessidade de mulheres escreverem sobre mulheres. No decorrer da análise das fontes percebi como ainda é pequena a participação das mulheres nos espaços de poder, mesmo com a Lei 9.100/1995 que traz a política de cotas e obriga os partidos a destinar 30% das vagas para as mulheres se candidatarem, ainda é pouco a participação

delas na política. Essa lei publicada por mais de 30 anos não conseguiu garantir um número significativo de mulheres eleitas no legislativo e executivo.

De acordo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020) as mulheres representaram apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das eleições de 2020. Apesar das mulheres representarem 51,8% da população brasileira e ser mais de 52% do eleitorado brasileiro, as mulheres são minoria na política. A estatística do feita pelo TSE nas eleições de de 2020 foram eleitas 651 prefeitas que representa 12%, contra 4.750 prefeitos eleitos que representa 87,9%. Já as Câmaras municipais, foram 9.160 vereadoras eleitas 16% contra 48.265 vereadores 84%.

O presidente do TSE o Ministro Luís Roberto Barroso, reforçou que, nas eleições de 2020, houve um aumento no número total de mulheres eleitas no primeiro turno, com mais de 50% de candidatas ao cargo de prefeito e vice-prefeito no segundo turno.

Mas também tivemos um aumento nos ataques físicos ou morais a mulheres candidatas. Esse tipo de agressão a mulheres é pior que machismo, é covardia. Precisamos de mais mulheres na política e, portanto, precisamos enfrentar essa cultura do atraso, da discriminação, do preconceito e da desqualificação (Barroso, 2020).

Os números mostram que, apesar do aumento na participação feminina em candidaturas, como forma de cumprir uma obrigatoriedade legal, os resultados não aumentaram de acordo o número de candidatas cadastradas. E esse aumento, muitas vezes não representou uma mudança de valores no cenário político, porque os partidos políticos que mais elegeram mulheres são os de projeto conservador e alinhados a extrema direita. É necessário um avanço em políticas e programas no cenário político que visem a igualdade de gênero e a formação política dessas mulheres que pautem a luta antimachista. A maioria das mulheres eleitas ainda são representantes dos projetos de seus maridos, sem compromisso com a luta das mulheres.

A pesquisa indicou também que no município de Eunápolis, é tímida a participação das mulheres no cenário da política institucional, poucas se candidatam nas eleições municipais para Vereadora e para Prefeita.

Essas mulheres eleitas a maioria foram da Direita umas eram do Partido DEM e PDS e só teve uma que foi de Esquerda que foi a Professora Iracy Pereira Reis que era do Partido do trabalhadores (PT). Teve uma do Partido Progressista que foi Alaíde Barbosa de Brito.

Desde a emancipação da Cidade de Eunápolis-Bahia 12 mulheres conseguiram ter um cargo de Vereadora e 01 ser eleita a prefeita da cidade. A Câmara Municipal de Eunápolis ainda é composta pela maioria masculina. As mulheres ainda encontram grandes dificuldades em ocupar os espaços de poder e serem eleitas ou ter voz ativa na tomada de decisões políticas. Elas não ocupando esses espaços, ficam as margens dos processos de elaboração das políticas públicas e pode enfraquecer a democracia. O que motivou a essas mulheres a entrar na política? A pesquisa apontou a necessidade das mulheres ocuparem a Câmara Municipal, a outra motivação foram seus maridos.

Para esse cenário mudar é preciso fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Isso só é possível quando elas atuarem na política para as mulheres e sua voz na participação das políticas públicas voltadas para as mulheres, fazendo que elas saiam da sub-representação e rompam com as sombras dos seus maridos e filhos, e principalmente investimento para a sustentação das candidaturas femininas e formação política. Assim, promover a formação política e incentivar a participação das mulheres para que ocupem cargos de liderança política, possibilita uma democracia mais sólida e representativa.

REFERÊNCIAS

ARGOLO, F. Dilma Rousseff: trajetória e imagem da mulher no poder. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

AVELAR, Lucia. *O voto feminino no Brasil*. (Tese doutoral em Ciências Sociais) São Paulo: PUC/SP, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 2009.

BOURDIEU, Pierre. « Le capital social: Notes provisoires ». Em: *Actes de la Recherche in Sciences Sociales*, vol. 31, n. 31, 1980, pp. 2-3.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

PINTO, Celi. 2003. Uma história do feminismo no Brasil São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

IANNI, Octavio (org.). Teoria de estratificação social: Leituras de sociologia. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. Veja, São Paulo, 18 abr. 2016. Brasil. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

OYAMA, T. Os últimos dias de Dilma Rousseff. Veja, São Paulo, 11 maios 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/os-ultimos-diasde-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 16 maio 2016

RUBIM, L. Imprensa de mulheres no Brasil. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p. 189-205, mar./jun. 1984.

TENÓRIO, Patrícia Cibele Da Silva. **A VIDA NA PONTA DOS DEDOS: A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) – feminismo, sindicalismo e identidade política.** Dissertação de Mestrado. UnB - Pós-Graduação em História, 2020.

FONTES

www.bahiaadia.com>noticias>extremo-sul. Acessado em 10/05/2023.

<https://www.blogdarosemarie.com/2017/11/23/morre-espedita-queiroz-primeira-mulher-a-presidir-uma-camara-municipal-na-regiao/> acessado em 10/05/2023.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/eunapolis/historico>. Acessado em 10/05/2023.

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/266952-especial-mulher-a-historia-da-participacao-feminina-na-politica-brasileira->

0743/?pagina=40.Acessado em 04 de Maio de 2023.

www.camara.leg.br/noticias/704329-voto-feminino-foi-conquistado-depois-de-uma-luta-de-100-ano- acesso em 05/05/2023.

www.dmtemdebate.com.br

<https://jornal.usp.br/radio-usp/participacao-feminina-na-politica-e-fundamental-para-a-qualidade-da-democracia/> Acessado em 04 de Maio de 2023.

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/brasil-tem-mais-de-156-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2022-601043>.Acessado em 05/05/2023.

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020> em 05/05/2023.

Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X acessado em 14/07/2023.